



Análise Narrativa em Trabalhos de História da Educação Matemática: algumas considerações

Narrative Analysis in History of Mathematics Education Research: some considerations

Fernando Guedes Cury¹

Resumo

Este texto apresenta algumas reflexões sobre o uso da análise narrativa como artifício para a interpretação de dados biográficos/historiográficos de pesquisas em História da Educação (Matemática). Apresentaremos algumas discussões que nos permitiram optar por tal tipo de análise, buscando nas idéias de Walter Benjamin a caracterização da figura do narrador e seu vínculo com o historiador, investigando, segundo a visão de Benedito Nunes, os vínculos que ligam narrativas, ficção e historiografia, salientando as idéias de Jorge Larrosa sobre transmissão de experiências e propondo às pesquisas que tratam principalmente da História da Educação Matemática uma alternativa para a discussão de seus dados segundo a perspectiva de Antonio Bolívar.

Palavras-chave: Narrativas. Análise Narrativa. Historiografia. Educação Matemática.

Abstract

This paper presents some reflections on the use of narrative analysis as a possible approach to study the History of (Mathematics) Education, mainly to interpret historical situations and biographical data. Its perspective is linked to Walter Benjamin's ideas about the figure of the narrator and how the dialogue between narrator and historian can be seen. Following the perspective of another author, Benedito Nunes, we try to establish

¹ Doutorando em Educação Matemática pela UNESP/Rio Claro(SP) e professor da Universidade Federal do Tocantins/UFT, Curso de Matemática de Araguaína. Rua Dom Bosco, n. 206-A, Bairro Senador, Araguaína – TO. CEP: 77.813-650. E-mail: matfernando@yahoo.com.br. Membro do Grupo de Pesquisa “História Oral e Educação Matemática” (GHOEM). www.ghoem.com .

relations among narratives, fiction and historiography, also highlighting the ideas of Jorge Larrosa regarding the transmission of experiences. Finally, our focus is turned to Antonio Bolívar and his alternative statements about why and how analysis of investigations, in which narratives are the main source of data, can be done.

Keywords: Narratives. Narrative Analysis. History. Mathematics Education.

Introdução

Em recente estudo de mestrado (CURY, 2007), buscou-se registrar uma história da constituição dos primeiros programas de ensino superior cuja proposta era a formação de professores de matemática no Estado de Goiás. Para isso, fez-se uso de documentação pertinente e, principalmente, de depoimentos de pessoas que estiveram envolvidas nos processos de viabilização, implementação e condução de tais cursos. Assim, pretendeu-se caracterizar as primeiras negociações para o início das atividades de formação, as condições em que ocorreram as atividades de ensino e dados gerais sobre a estrutura física e acadêmica daquelas instituições. Essa investigação vale-se da História Oral – em sua vertente temática – como alternativa para constituir uma narrativa – e neste caso, uma análise narrativa de depoimentos e outros documentos – acerca da história da Educação Matemática naquela região. No presente texto, apresentaremos algumas reflexões que nos permitiram optar por tal tipo de análise, buscando nas ideias de Walter Benjamin a caracterização da figura do narrador, seu vínculo com o historiador, investigando, segundo a visão de Benedito Nunes, os vínculos que ligam narrativas, ficção e historiografia, salientando as idéias de Jorge Larrosa sobre transmissão de experiências e propondo às pesquisas que tratam principalmente da História da Educação Matemática uma alternativa para a discussão de seus dados segundo a perspectiva de Antonio Bolívar e outros autores.

Sobre Narrativas

Buscando, portanto, tecer considerações sobre narrativa, historiografia e análise narrativa de depoimentos – posto que estes ingredientes são

fundamentais ao modo como desenvolvemos aquele estudo de mestrado—, iniciamos uma discussão afirmando que o ato de narrar está entre as faculdades humanas mais antigas e é instrumento importante de transmissão e preservação de heranças identitárias e de tradições, sob a forma de registro oral ou escrito, caracterizando-se, principalmente, pelo movimento peculiar de contar, transmitir com palavras as lembranças da memória no tempo.

Walter Benjamin, em um de seus ensaios mais famosos, datado de 1936, chamado *O Narrador*, expressa sua preocupação, àquela época, com o desaparecimento de uma “narração tradicional”. Nesta obra, Benjamin formula seu argumento a este respeito fazendo considerações sobre a obra do russo Nikolai Leskov (1831-1895), a quem definia como um autêntico narrador. O filósofo alemão explica que o ato de narrar está ligado a uma capacidade (aparentemente inalienável) de intercambiar experiências, sendo esta a característica principal da narrativa tradicional cujos primeiros mestres são representados pelos camponeses sedentários (conhecedores das histórias e tradições de seus países) e os marinheiros (que conhecem mais histórias a cada viagem). Entre as narrativas escritas, afirma ele, “as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1994, p. 198). Todavia, em detrimento daquela forma transmissora de moral e sabedoria², em que os relatos recorriam a algo miraculoso, permitindo ao ouvinte (ou ao leitor) uma maior liberdade de interpretação da história e ampliando sensivelmente o episódio narrado e suas implicações, e em que tanto o narrador quanto o ouvinte incorporavam as coisas narradas à sua experiência, Benjamin constatava o surgimento de um modo de narração mais informativo, que procurava explicar os acontecimentos de forma racional e objetiva, algo pertinente ao modo de vida do cidadão moderno.

Outro ponto importante para a derrocada das narrativas tradicionais, de acordo com Benjamin, estaria ligado ao empobrecimento das experiências comunicáveis percebido, por exemplo, nos relatos dos que retornaram da I Guerra Mundial e eram registrados nos livros de maneira diferente daquela como quando eram repassados boca a boca. Segundo Benjamin, o narrador

² Segundo o autor, a narrativa é entendida como um conselho tecido na substância viva da existência.

ideal deveria estar ligado à figura mística do justo da tradição judaica, cuja característica mais marcante é a do anonimato, e deveria trabalhar como o trapeiro – o catador de lixo que surge apenas na escuridão da madrugada, nas grandes cidades modernas, para recolher cacos, restos, resíduos – movido tanto pela pobreza quanto pelo desejo de nada deixar perder (GAGNEBIN, 2001, p. 89).

Do mesmo modo que o narrador, o cronista deveria estar ligado às camadas mais humildes do povo, mais artesanais, para construir sua própria experiência. Ambos – o cronista e o narrador – possuem a facilidade de trabalhar a matéria prima da experiência – a vida humana – transformando-a em produto sólido, útil e único (BENJAMIN, 1994, p. 221)

Assim,

Poderíamos ir mais longe e perguntar se a historiografia não representa uma zona de indiferenciação criadora com relação a todas as formas épicas. Nesse caso a história escrita se relacionaria com as formas épicas como a luz branca com as cores do espectro. Como quer que seja, entre todas as formas épicas a crônica é aquela cuja inclusão na luz pura e incolor da história escrita é mais incontestável. E no amplo espectro da crônica, todas as maneiras em que uma história pode ser narrada se caracterizam como se fossem variações da mesma cor. O cronista é o narrador da história (BENJAMIN, 1994, p. 209).

O historiador, seguindo esta linha de raciocínio, deve explicar os episódios com os quais está tratando, não devendo caracterizá-los como modelos do mundo; deve incorporar as práticas do cronista, principalmente daqueles seus representantes clássicos (os cronistas medievais) que, segundo Benjamin, são os precursores da historiografia moderna: o historiador deve, portanto, promover o encontro dos fios históricos com os pequenos detalhes da vida cotidiana.

Na Idade Média, a História (*History* – entendida aqui como conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade, segundo o lugar, a época, o ponto de vista escolhido) ainda era vista como um conjunto de histórias (*story*), crônicas, narrativas de fatos que podiam, inclusive, ser lendários,

realizados por grandes homens de um passado remoto, mas que, ainda assim, não se distinguia do período presente, no qual o cronista o rememorava. É nesse momento que se apresenta uma primeira divisão da História: sagrada e profana, de acordo com sua relação com a História Cristã – uma classificação que seguiu até o século XVII, quando os estudos históricos foram alocados na vizinhança da Retórica pelos humanistas do Renascimento (NUNES, 1988, p. 10).

Uma segunda partição da História deu-se no século XIX, quando ficaram delineadas a História-arte e a História-ciência, no momento em que veio à cena o historiador profissional (ou o profissional chamado “historiador”). A História-arte pode ser definida como uma narrativa que recria acontecimentos como se fossem presentes e a partir da qual o historiador nos fornece imagens do passado, sendo necessário contar com uma “imaginação projetiva”, o que tornaria explícitas sua vivência e experiência como narrador, aproximando-o, portanto, de um artista. Por outro lado, para a História-ciência, a narrativa como relação dos acontecimentos encadeados seria uma etapa preparatória de uma generalização indutiva, caminho para um “verdadeiro conhecimento histórico”. Para os adeptos desta última linha, como aponta Pomian (*apud* NUNES, 1988), aquela imaginação projetiva, ligada à vivência do historiador, seria deixada de lado, dando espaço para a razão como garantia de uma objetividade. Entretanto, esta busca pela objetividade, no fim das contas, resultou em simples narrativas com o encadeamento dos acontecimentos que pretendiam contar, ou em edições críticas de fontes já conhecidas (*ibidem*).

Essas duas formas de se encarar a História, a da narrativa e a da pesquisa, a do historiador-escritor e a do historiador-pesquisador, teriam favorecido sua “passagem” para o campo das Ciências Sociais, o que acabou acarretando o abandono da narrativa dos melhores mestres, mais próxima do labor artístico, posto que a modernidade buscou a institucionalização do conhecimento histórico.

Mas se admitimos uma vinculação entre Ficção, Ciência e Historiografia, pensando esta última, de maneira simples, como a investigação, uma prática voltada ao registro de fatos sociais das civilizações recorrendo, segundo Nunes, a leis gerais das ciências, inclusive fazendo uso da Ficção –

que por intermédio do romance ou do drama pode alcançar um nível de generalidade semelhante ao do pensamento científico –, então o caráter de Ciência conquistado pelo conhecimento histórico não deveria suprimir a base narrativa que mantém sua ligação com o ficcional.

Aprofundando-se ainda mais neste tema, Benedito Nunes propõe-se a responder três questões. Como o tempo participa da teoria da narrativa? Como a narrativa entra na teoria da História? Como História e ficção se interceptam?

O tempo entra na Teoria da Narrativa pela porta larga do discurso e aí se elabora de acordo com a dinâmica do enredo. Mas como essa dinâmica está relacionada com a *compreensão narrativa*, por sua vez relacionada à sua inteligibilidade prática, o tempo entra por aquela porta do discurso, que é também a dos atos de linguagem, vindo da dimensão *intratemporal* da existência humana, conforme atesta a pré-compreensão da ação que a *mimesis* carrega para a obra. Daí a natureza circular do nexo recíproco entre *narratividade* e *temporalidade*: a articulação narrativa do tempo depende de uma experiência temporal prévia.

Respondendo à segunda questão, diremos que a narrativa entra na Teoria da História pela porta da inteligibilidade da *história (story) – sua aptidão para ser seguida*, que remonta, em última análise, à *pré-compreensão* da ação. Dessa maneira, estamos sempre dentro do mesmo círculo hermenêutico que circunscreve a temporalidade da História e da Ficção. Pois se o tempo de ambas é narrado (*temps raconté*), e também configurado, essa articulação da experiência temporal já se encontra esboçada no *mundo-da-vida*, onde duas espécies narrativas se enraízam.

O círculo se romperia – ou se agravaria? – com a *refiguração* do tempo pelo ato da leitura, extensivo à História. Ao ler uma obra historiográfica, as potências imaginativas da *figuração* tornam visível o passado. A imaginação se faz visionária: ‘o passado é o que eu teria visto, aquilo de que eu teria sido testemunha ocular, se estivesse estado lá, como o outro lado das coisas é aquele que eu veria se as percebesse de onde você as considera’. A leitura, portanto, *ficcionaliza* a História. Em contrapartida, a leitura *historiciza* a Ficção, na medida em que a voz narrativa situa no passado o mundo da obra.

É, pois, na refiguração do tempo que a narrativa histórica e

a narrativa ficcional se interceptam, sem se confundirem.
(NUNES, 1988, p. 34, itálicos do autor)

Dessa forma, pode-se considerar que as duas formas de conhecimento histórico – aquela da História-arte e a da História-ciência – complementam-se na base de um discurso narrativo comum que une também, como formas simbólicas, História e Ficção (NUNES, 1988, p. 34-35).

Com o advento da virada hermenêutica das Ciências Sociais, ocorrida na década de 1970, fundada em teóricos como Paul Ricoeur, as experiências humanas e o mundo passaram a ser vistos como textos, o que promoveu a busca por diferentes instrumentos e estratégias metodológicas para lidar com estas novas leituras de mundo, inclusive por se possibilitar e sugerir interpretações, principalmente no que tangia às investigações biográficas (GARNICA, 2005, p. 89).

Considerar esta nova vertente implica, além da legitimação da coleta e análise de dados biográficos e narrativos enunciados por indivíduos particulares, a criação de uma auto-identidade ao contarmos nossas próprias histórias e reconhecermos a nós mesmos nessas narrativas. Independente de serem essas histórias verdadeiras ou falsas, tanto a ficção quanto a história verificável nos permitem uma identidade (RICOEUR *apud* LARROSA, 2005, p. 41).

Em busca desta identidade, e da salvação para sua cidade, os moradores de Javé, personagens do filme brasileiro *Narradores de Javé*, da diretora Eliane Caffé, percebem, na constituição de uma “história gloriosa” daquela comunidade, a única forma de sensibilizar as autoridades e impedir a inundação da cidade pelo lago de uma usina. Esta história deveria ser constituída a partir dos depoimentos dos moradores mais velhos e deveria contar com um detalhe fundamental para ter valor: deveria ser um “trabalho científico”. Entender as narrativas dos moradores daquela comunidade como forma de constituir-se seria, segundo as idéias de Bolívar (2002), aceitar a possibilidade de se inventar um novo eu a partir de uma nova identidade para cada um que conta sua versão: a identidade narrativa através da experiência estruturada em um relato, um “contar” que permite a constituição de um sentido àquele que narra, narrando a si mesmo ao narrar algo.

Assim, narrar é contar uma história, narrar-se é contar nossa história ou uma história da qual também somos, fomos ou nos sentimos personagens. As narrativas, então, oferecem em si a possibilidade de uma análise, se concebermos análise como um processo de produção de significados a partir de uma retro-alimentação que se iniciaria quando o ouvinte/leitor/apreciador de um texto se apropria deste texto, de algum modo, tecendo significados que são seus, mesmo que produzidos de forma compartilhada, e constrói uma trama narrativa própria que será ouvida/lida/vista por um terceiro, retornando ao início do processo.

A compreensão de uma realidade, por qualquer tipo de análise, tendo em vista os relatos, as narrativas, apoiadas em visões de mundo, versões sobre um determinado acontecimento, hábitos e práticas, inclui (ou pode incluir) a compreensão dos modos de narrar do outro: os modos pelos quais o outro atribui significado às suas próprias experiências. Mas será que é realmente possível perceber as práticas e as experiências de um sujeito narrador? Ou ainda: prática e experiência se deixam narrar?

Preliminarmente, na tentativa de diferenciarmos prática de experiência, Jorge Larrosa é chamado à cena para explicitar algumas ressalvas em relação ao uso da palavra “experiência”. Ela não deve ser entendida, segundo este autor, como um modo de conhecimento inferior, ou considerada apenas como um ponto de partida para um conhecimento, ou ainda tomada como um empecilho para “um conhecimento verdadeiro” (LARROSA, 2005, p. 3). Com a intenção de legitimar a experiência, Larrosa aponta algumas precauções necessárias: primeiro, devemos livrar a palavra experiência de sua conotação empírica, isto é, separá-la de “experimento”. Depois, é preciso negar à experiência qualquer dogmatismo ou pretensão de autoridade e, também, diferenciar experiência de prática, pensando aquela “não a partir da ação, mas da paixão, a partir de uma reflexão do sujeito sobre si mesmo do ponto de vista da paixão” (LARROSA, 2005, p. 4). Por fim, há que se evitar a tentação de fazer da experiência um conceito, bastando tomá-la como “um modo de habitar o mundo de um ser que existe, de um ser que não tem outro ser, outra essência além de sua própria existência – corporal, finita, encarnada no tempo e no espaço – com outros.” (*Ibid.*)

A tarefa de captar as práticas e as experiências em relatos narrados (como por exemplo, o são os depoimentos coletados para as pesquisas que se valem da História Oral) configura-se mais complexa quando Larrosa se lança a estudar o tema em obras de Walter Benjamin, Imre Kertész e Giorgio Agamben. Larrosa explica que, para Kertész, a experiência é aquilo que acontece com alguém e que, ao acontecer, o forma ou o transforma, o constitui, fazendo-o ser como é, marcando seu modo de ser e configurando sua personalidade. Para Benjamin – como já foi afirmado anteriormente – o relato é a linguagem da experiência que se elabora na forma deste relato. E para Agamben, que fala da vida cotidiana em uma grande cidade, o século XX é caracterizado por um intensivo estabelecimento de procedimentos e dispositivos, que impossibilitaram a experiência, falsificaram-na ou permitiram que nos desligássemos de toda experiência (GARNICA, 2007, p. 60-61).

É importante afirmar, aqui, que no cerne dessa nossa discussão está a busca de uma compreensão a partir daquilo que chamamos de “uma análise possível a partir de narrativas”. E tal análise não será tomada como um julgamento de valor do outro a partir do que foi relatado, mas como um arrazoado das compreensões em uma trama de escuta atenta ao que foi dito sem fixar um cenário definitivo. A tentativa proposta é, face às várias versões apresentadas, trabalhar cada uma delas, já que são sempre lacunares, considerando-as como modos dos narradores se narrarem e constituírem suas verdades como sujeitos (GARNICA, 2007, p. 61), admitindo sempre uma certa distinção entre o que é vivido e o que é narrado.

Afirmações de Carlos Vianna surgem como contraponto para uma reflexão:

O que desejo frisar é que tal distância NÃO DEPENDE da forma de narrar, mas PODE ser captada sobre análises sobre tais formas.

A pergunta é: como trocar experiências? Como capturar a experiência de um outro? [...] Aventuro-me a responder que NÃO é possível mudar as estruturas sociais sem mudar a narrativa. Benjamin nos dizia (e estava errado!) que o narrador estava em extinção, que as experiências deixavam de ser comunicáveis... Isso é uma forma de ver as coisas, que toma como referencial algo ‘fixo’: uma forma de narrar é ‘melhor’, ‘correta’, ‘propícia a trocar experiências’ etc. ao

se atribuir ‘valor’ a uma forma de narrar, também atribuímos ‘valor’ a certas formas como, por exemplo, optamos por ‘narrar-sabedoria’ em detrimento do ‘narrar-informação’ tendo, como suposto ‘de fundo’ que ‘sabedoria’ é MELHOR que ‘informação’. Eu defendo que as formas de narrar mudam. Poderia até caracterizar as formas mais antigas como sendo ‘globais’, e as mais recentes como sendo ‘locais’, ou as mais antigas como sendo ‘centradas’, e as mais recentes como sendo ‘a-centradas’... e defenderia mais que isso: defendo que NARRAR é uma das maneiras importantes que temos – na nossa sociedade HOJE, e de um modo muito diferente em outras épocas – de nos constituir. E, um detalhe a mais: não há uma medida ‘comum’ que capte TUDO, mas sempre poderemos medir a diagonal do quadrado pelo seu lado, com a ‘aproximação que desejarmos’. Para mim, o grande exercício do trabalho com os depoimentos, as narrativas, as transcrições e as transcriações, é o exercício de tornar explícitas (ou, de outra forma – menos ‘racional’ – SENSÍVEIS) essas ‘aproximações’, tanto as que desejamos, quanto aquelas das quais nem nos damos conta e entregamos à análise dos leitores (VIANNA *apud* GARNICA, 2007, p. 64-65, ênfases em maiúsculas do autor).

E com a intenção de proceder quanto à análise de narrativas, Bolívar (2002) nos sugere duas possibilidades, cada qual com suas especificidades:

O modo paradigmático de conhecer e pensar, de acordo com a tradição lógico-científica herdada, se expressa em um conjunto proposicional, normalmente normatizado por regras, máximas e princípios descritivos. Este modo paradigmático não se identifica exatamente com o positivismo, embora este seja parte daquele.[...]

Em contraste, o método narrativo é caracterizado por apresentar a experiência concreta humana como uma descrição das intenções, mediante uma seqüência de eventos em tempos e lugares, na qual os relatos biográfico-narrativos são os meios privilegiados de conhecimento e investigação. [...]

O método narrativo de conhecimento parte do princípio de que as ações humanas são únicas e irrepetíveis. Sua riqueza de matizes não pode, então, ser exibida em direções, categorias ou proposições abertas. Se o procedimento paradigmático se expressa por conceitos, o narrativo o faz por descrições anedóticas de incidentes particulares na

forma de relatos que permitem compreender como os humanos dão sentido ao que fazem (BOLIVAR, 2002, p. 47-48).

Ainda segundo este autor, nos trabalhos quantitativos as categorias a serem analisadas são assinaladas previamente, e nos desenhos qualitativos é enfatizada a geração indutiva das categorias permitindo configurar uma classificação dos dados obtidos. Este último processo recorre a uma interação recursiva entre os dados e as definições categoriais mediante uma produção de classificações, organizando os dados de acordo com um conjunto específico e seletivo de dimensões comuns (BOLIVAR, 2002, p. 50). Logo, neste aspecto, não diferem muito das análises quantitativas, mas fazem com que as categorias surjam dos dados. A análise paradigmática de dados narrativos consiste, portanto, em um estudo de narrativas categorizando-as para se chegar a generalizações do grupo estudado buscando, em suas narrativas, temas comuns.

No caso de uma análise narrativa (de narrativas), a ênfase está na consideração de casos particulares e o produto desta análise aparece como uma nova narrativa, a explicitação de uma trama ou de argumentos que tornem os dados significativos, não em busca de elementos comuns, mas no destaque do que é singular e que, em suma, não aspira à generalização. O papel do investigador, neste tipo de análise, é configurar os elementos dos dados em uma história que os unifica e dá significado a eles com a intenção de mostrar o modo autêntico da vida individual sem manipular a voz de cada narrador (ou depoente). A trama pode estar construída de forma temporal ou temática, mas o importante é que possibilite a compreensão do porquê algo aconteceu. Aqui, a proposta é a de revelar o caráter único de um caso individual e proporcionar uma compreensão de sua complexidade particular ou de sua idiosincrasia (BOLIVAR, 2002, p. 52).

Dois exercícios como exemplos possíveis

O que pretendemos tecer a partir dos depoimentos e outras fontes que coletamos para a pesquisa de mestrado citada no início deste texto (CURY, 2007), foi uma narrativa sobre a constituição dos primeiros cursos formadores de professores de Matemática em Goiás. Em suma, o que elaboramos tentou ser, a seu modo, não uma análise, por exemplo, narratológica – em que as narrativas estudadas são tomadas como objetos lingüísticos³ –, mas uma análise narrativa de narrativas, uma forma (legítima e amparada nas considerações anteriormente feitas neste artigo) de elaborar compreensões acerca da(s) história(s) que se quer contar e dos objetos e cercanias que pretendemos ver tematizados. Em Cury (2007), já em seu primeiro capítulo, a análise (dita narrativa) que exprime nossa versão sobre a institucionalização dos programas formadores de professores de matemática em Goiás foi elaborada principalmente a partir de outras narrativas, estas produzidas por pessoas envolvidas diretamente na criação dos primeiros cursos superiores de matemática daquele Estado. Nossa narrativa foi construída, em princípio, oralmente: narramos, a nós mesmos, frente a um gravador, a história que queríamos contar a partir das histórias que tínhamos ouvido daqueles nossos depoentes e a partir de consultas a outras fontes, tentando abarcar os pontos que mais nos pareceram significativos para formar o cenário que pretendíamos compor. A transcrição desta nossa narrativa foi, então, sendo lapidada quanto ao estilo e à correção da linguagem, e passou a ser complementada com fotografias, excertos de jornais da época e outros textos que visavam ora a detalhar as informações, ora a servir como pontos de fuga, criando e ocupando espaços para “ver” melhor e, com isso, tornar enredo a versão que pretendíamos contar. Ao tecer esta narrativa, não houve uma tentativa de apenas dizer com outras palavras o que um entrevistado disse, nem de resumir, sintetizar ou editar depoimentos. Na verdade, jogávamos com possibilidades alternativas para compor histórias a partir das histórias que ouvimos: é o autor

³ Reuter (2002) afirma que a análise narratológica (ou interna) possui, além desta característica de tomar as narrativas fechadas em si, independentemente de sua produção e recepção, também a particularidade de entender que as narrativas, para além de sua aparente diversidade, apresentam formas de base e princípios de composição comuns que constituem o objeto de pesquisa da narratologia como teoria da narrativa.

desta narrativa (e não seu depoente) que se deixa caçar pelas malhas da linguagem, caso contrário o pesquisador poderia, no extremo, supor (equivocadamente) a existência de uma linguagem que, quanto mais apurada, mais daria conta de relatar as experiências do outro exatamente como este outro as viveu.

Um outro exercício que pode nos servir como exemplo do que fundamenta a análise narrativa das narrativas é a tese de Carlos Roberto Vianna (VIANNA, 2000). A pesquisa volta-se para professores que, atuando em departamentos de Matemática, optam por exercer atividades, predominantemente, no campo da Educação Matemática. A partir de depoentes que vivenciam ou vivenciaram essa condição, Vianna (2000) tematiza as resistências que estes professores sofrem/sofreram por parte de seus colegas e busca constituir o que seria, para seus narradores, utopias da Educação Matemática que praticam. O autor exercita, ao mesmo tempo e num estilo inusitado (chamando à cena leitores inexistentes, situações e circunstâncias até então impensáveis como parte de um texto acadêmico) formas alternativas para apresentar os vários depoimentos coletados. As transcrições, textualizações, transcrições⁴ e ficções declaradas compõem, no corpo da tese, uma polifonia que é um claro retrato da negação de que haveria UMA forma (ou uma pluralidade de formas que convergiria para uma mais perfeita, adequada ou definitiva) que dê conta das experiências humanas, ou seja: inexistindo um modo de dar conta da experiência do outro, como o outro a experienciou, nos resta exercitar tentativas de aproximação (via linguagem), trabalhando com estilos e formas alternativas, sem a intenção de que essa série de exercícios seja definitiva para prender a experiência narrativa do outro.

São, estes, dois exemplos que nos permitem pensar ser possível implementar uma análise narrativa de narrativas em outras investigações que tratem, por exemplo, de histórias de vida de envolvidos com a educação matemática em seus diversos níveis, de história de instituições, de grupos de estudo e pesquisa, sociedades, práticas educacionais, produções acadêmicas ou não, de legislações e sua aceitação ou subversão, de movimentos (como o da Matemática Moderna ou o da própria Educação Matemática como campo

⁴ Etapas do tratamento de depoimentos em História Oral.

de pesquisa). Podemos contar histórias a partir de narrativas que, eventualmente, envolvam ficção, literatura, cinema, iconografia, História (no seu sentido mais restrito), documentação e histórias de vida. Essa possibilidade – que se mostra como um método possível, projetado para sustentar um programa de pesquisa – propõe uma alteração substancial no paradigma clássico que, orientando a pesquisa historiográfica “tradicional”, apartava sujeito e objeto, verdade e versão, ficção e realidade. O problema que se coloca, segundo a perspectiva defendida por este artigo, volta-se para a relação entre experiência e linguagem, evidenciando que – como entendeu um dos pareceristas deste nosso texto – “por trás da aparência discursiva de uma narrativa não há uma experiência não-discursiva de um narrador a ser desvelada, mas apenas outras experiências discursivas do próprio narrador e de outros narradores”.

Referências

BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre a literatura e a história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOLIVAR, A. B. ‘De nobis ipsis silemus?’: Epistemologia de la investigación biográfico-narrativa en educación. **Revista Eletrónica de Investigación Educativa**, vol. 11, n. 1. Barcelona, 2002. Disponível em: <<http://redie.ens.uabc.mx/vol4no1/contenido.html>>. Acesso em: 05 abr. 2006.

CURY, F. G. **Uma Narrativa sobre a Formação de Professores de Matemática em Goiás**. 201f. - Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

GAGNEBIN, J. M. Memória, História, Testemunho. In BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.) **Memória (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. p. 85-94.

GARNICA, A. V. M. **Historia Oral em Educação Matemática**. Guarapuava: SBHMat, 2007.

GARNICA, A. V. M. **Um Tema, Dois Ensaios**: método, História Oral, concepções, Educação Matemática. 2005. 203 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru.

JENKINS, K. **A História Repensada**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LARROSA, J. Algunas notas sobre la experiencia y sus lenguajes. In: BARBOSA, J. R.L.L. (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: UNESP, 2005.

NUNES, B. Narrativa Histórica e Narrativa Ficcional. In: NUNES, B. et al. **Narrativa: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 9-35.

REUTER, Y. **A Análise da Narrativa: o texto a ficção e a narração**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

SOUZA, A.C.C.; SOUZA, C. D. Narrativas da Modernidade. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 37-48. 2006.

VIANNA, C. R. **Vidas e Circunstâncias na Educação Matemática**. 573f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2000.